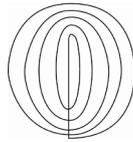


ESSÊNCIA

EDIÇÃO DE 2014 DO

COMPÊNDIO EM LINHA
DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Essência
Copyright © 2014 do autor
Martin Motloch

Todos os direitos reservados

Resumo

Este artigo dá uma introdução crítica às teorias principais de essência, focalizando os modelos mais influentes na metafísica analítica contemporânea: o modelo modal de Kripke e Putnam, e os modelos não-modais de Fine e Jubien. Na primeira parte do artigo, esses modelos são apresentados e discutidos criticamente. Na segunda parte, uma nova teoria é brevemente esboçada. Ela é inspirada pela teoria de Jubien e concebe os objetos ordinários como complexos de suas essências e da matéria que instancia essas essências. As essências de objetos ordinários são constituídas por propriedades sortais e propriedades de origem, que consistem na continuidade espaciotemporal da matéria atual com a matéria original com uma determinada estrutura.

Palavras-chave

Essência, essencialismo, objetos ordinários, propriedades de origem, modalidades metafísicas.

Abstract

This paper gives a critical introduction into the main theories of essence, focusing on the most influential approaches in contemporary analytic metaphysics: the modal approach of Kripke and Putnam, and the non-modal approaches of Fine and Jubien. In the first part of the paper, these approaches are presented and critically discussed. In the second part, a new theory is briefly sketched. It is inspired by Jubien's approach and conceives ordinary objects as complexes of their essences and the matter which instantiates these essences. The essences of ordinary objects are composed of sortal properties and origin properties that consist in space-time continuity of the actual matter with the original matter with a determinate structure.

Keywords

Essence, essentialism, ordinary objects, origin properties, metaphysical modalities.

Essência

O significado da palavra ‘essência (de algo)’ no uso comum é ‘aquilo que é mais importante, fundamental (de algo)’. Se adicionarmos a caracterização ‘do ponto de vista metafísico’, obteremos uma primeira aproximação da noção de essência. Nesse sentido, a essência, por exemplo, de uma mesa particular, é aquilo nessa mesa que é mais importante do ponto de vista metafísico. A essência torna uma entidade a coisa que ela é. Ela constitui a identidade dessa entidade.

Historicamente, a reflexão sobre o fenômeno da mudança foi uma das inspirações de Aristóteles para introduzir a noção de essência. Em cada mudança, há um sujeito da mudança que muda com respeito a algo. Este sujeito da mudança permanece o mesmo durante o processo de mudança. Se nada permanecesse o mesmo, não se trataria de uma mudança de algo, mas sim de algo totalmente diferente. A essência de uma entidade explica como ela mantém a sua identidade diante das mudanças atuais e possíveis que ela pode sofrer; ela determina o que é o sujeito da mudança. A essência de uma entidade constitui, portanto, as condições de identidade diacrônicas e transmundanas dessa entidade e, por conseguinte, ela determina quais alterações essa entidade pode sofrer sem deixar de existir. Caso a entidade perca a sua essência, ela perde a sua identidade e, conseqüentemente, cessa de existir.

As propriedades que constituem a essência de uma entidade são chamadas de *propriedades essenciais* dessa entidade. Por conseqüência, uma propriedade essencial de uma entidade é uma propriedade sem a qual a entidade não seria a coisa que ela é, portanto, deixaria de existir. De acordo com Almog (1991), uma propriedade essencial determina *o que* uma coisa é, enquanto uma propriedade acidental determina *como* uma coisa é. A doutrina que afirma que (pelo menos) algumas entidades têm propriedades essenciais não-triviais é chamada de *essencialismo*.¹

¹ Propriedades essenciais triviais são propriedades lógicas, como, por exemplo, a autoidentidade ou a propriedade *ser ou vermelho ou não vermelho*, assim como as propriedades que envolvem a própria identidade do objeto em questão, por exemplo, *ser idêntico a Sócrates*.

A noção de essência que foi fundamental na filosofia aristotélica caiu em desuso na Idade Moderna, em consequência da substituição da física aristotélica pela ciência da física. Essa revolução científica caracterizou-se, entre outros, pela substituição do conceito de essência pelo conceito de função, manifesto em pensamentos dos protagonistas da ciência da Idade Moderna, como, por exemplo, Galileu Galilei

Na tradição antimetafísica do empirismo lógico, Quine (1951, 1960) rejeita totalmente o conceito de essência, alegando que ele não pode ser explicado satisfatoriamente na ciência e na filosofia, sendo por essa razão somente um pseudo-conceito, que não tem lugar na sua notação canônica (na lógica de primeira ordem). Essa impossibilidade de se expressarem atribuições de propriedades essenciais, na lógica clássica, foi justamente uma razão para a impopularidade da noção de essência, no início da filosofia analítica.

A situação mudou com o avanço da lógica modal e sua aplicação na metafísica. Assim, o essencialismo modal surgiu como uma parte da lógica modal aplicada, sobretudo sob a influência marcante de Kripke.² O essencialismo modal na tradição de Kripke transformou o discurso sobre essências e propriedades essenciais no discurso sobre mundos possíveis, ao postular que uma propriedade F é dita essencial de um objeto s , se e somente se, este objeto s tem a propriedade F em todos os mundos possíveis nos quais ele existe:

$$\Box (\text{Existe}(s) \rightarrow F(s))$$

Correspondentemente, uma propriedade G é dita accidental de s , se e somente se, em pelo menos um mundo possível no qual s existe, ele não tem G .

$$\Diamond (\text{Existe}(s) \wedge \neg G(s))$$

A essência de uma entidade s é um conjunto de propriedades essenciais que nenhuma entidade diferente de s pode possuir (tal que não existe um mundo possível no qual uma entidade diferente de s possui

² Na teoria das contrapartes de David Lewis (1968, 1986), um indivíduo x tem uma propriedade F essencialmente se, e somente se, em todos os mundos possíveis, todas as suas contrapartes têm essa propriedade F . Os críticos alegam que, nessa concepção, os objetos têm todas as suas propriedades essencialmente, porque somente existem num único mundo possível.

este conjunto de propriedades); portanto, ela é individuadora de s.

Começando por *Essence and Modality*, Kit Fine 1994a critica o essencialismo modal, tentando mostrar que “a assimilação contemporânea da essência à modalidade é fundamentalmente mal orientada e que, como consequência, a concepção correspondente da metafísica deveria ser abandonada” (Fine 1994a:3). A partir da crítica de Fine, surgiu o essencialismo não-modal, que se baseia na tese da primazia da essência diante da modalidade, representado por Fine, Lowe, Jubien e Correia. Nesse sentido, a tese de primazia da essência significa que a noção de modalidade pode ser analisada em termos da noção de essência, a saber, que essências são o fundamento de todas as necessidades e possibilidades metafísicas.

As essências e propriedades essenciais são comumente consideradas como propriedades ou conjuntos de propriedades. A noção de essência, contudo, não é comprometida *per se* com a aceitação metafísica de universais. Essências e propriedades essenciais podem ser igualmente consideradas tropos (propriedades particularizadas), como, por exemplo, a *humanidade de Sócrates*. O essencialismo mereológico, segundo o qual um indivíduo tem todas as suas partes essencialmente, pode ser formulado numa teoria nominalista que somente admite indivíduos em sua ontologia. Com base no princípio de antirreificação, Lowe (2007) alega que a essência de uma entidade é a mesma coisa que a entidade em questão.

Alguns essencialistas defendem o princípio universal de que todas as entidades possuem essências, pois é a essência que determina a identidade de uma entidade, sem a qual a entidade não seria ela mesma, não seria distinta de todas as outras entidades.

1 A concepção modal

Na concepção modal de propriedades essenciais, as atribuições de propriedades essenciais são consideradas independentes do modo como o objeto é referido ou descrito; por exemplo, a propriedade de ser humano se aplica a Aristóteles diretamente, e não sob a descrição ‘o autor da *Metafísica*’. Elas são tomadas como proposições que expressam modalidades *de re*. Uma fórmula com operadores modais expressa uma modalidade *de re* se e somente se, no âmbito de pelo menos um operador modal, está uma constante individual, uma va-

riável ligada por um quantificador situado fora do escopo de um operador modal, ou ainda uma variável livre. Por exemplo, a fórmula:

$$\exists x \Box F(x)$$

expressa uma modalidade *de re*, enquanto a fórmula:

$$\Box \exists x F(x)$$

expressa uma modalidade *de dicto*.

Como as constantes individuais são consideradas designadores rígidos, a noção de designador rígido (que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis) facilita assim as formulações de atribuições de propriedades essenciais.³

- (I) Na tradição de Kripke, a identidade de um objeto num mundo possível não é problemática; a existência desse objeto pode ser simplesmente postulada nesse mundo possível, pressupondo a sua identidade transmundana.

Essa pressuposição implica o absolutismo de objetos ordinários, a saber:

- (II) Particulares materiais (objetos ordinários), como naves, pessoas, cachorros, carros, etc. são entidades básicas da realidade e na formalização são expressos por constantes individuais simples.

Para decidir se uma determinada propriedade é uma propriedade essencial de um objeto ordinário, como, por exemplo, Saul Kripke, postula-se a existência de Kripke em diferentes mundos possíveis, através de sua designação por um designador rígido, para depois se refletir sobre se Kripke tem a propriedade em questão, em todos esses mundos possíveis nos quais ele existe. Os resultados dessas reflexões podem variar de um filósofo para outro, porque as intuições modais divergem.

³ Salmon (1982) distingue entre designadores persistentemente rígidos e designadores obstinadamente rígidos. O designador persistentemente rígido é um termo que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis nos quais esse objeto exista. Um designador obstinadamente rígido designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, independentemente de esse objeto existir ou não nesses mundos possíveis.

Uma consequência revolucionária da teoria de Kripke é que propriedades essenciais podem ser descobertas *a posteriori*. O modelo geral de Kripke (1971) para a epistemologia modal (demonstrado num exemplo) é:

Se Sócrates é humano, ele é necessariamente humano: $p \rightarrow \Box p$

Sócrates é humano: p .

Logo, Sócrates é necessariamente humano: $\Box p$

No caso da primeira premissa, trata-se de um princípio essencialista *a priori*. Como a segunda premissa é *a posteriori*, o argumento todo é *a posteriori*.

Outra consequência importante dessa concepção é que modalidades metafísicas são diferentes de modalidades epistemológicas. Alguém pode estar numa situação epistêmica de pensar que Sócrates não é humano, qualitativamente indiscernível da situação de pensar que Sócrates é humano, porque desconhece fatos atuais sobre Sócrates.

Uma grande parte dos debates no essencialismo modal refere-se às propriedades essenciais de particulares, sobretudo propriedades sortais, por exemplo, *ser humano* e *ser uma mesa*, bem como propriedades de origem, por exemplo, *ter os seus pais biológicos* e *ter sido feito originalmente de um certo tronco de madeira*. Poucos autores, como Forbes (1999), defendem a ideia de que particulares possuem essências (individuais). No essencialismo modal, as propriedades essenciais são identificadas com as propriedades necessárias.⁴

Outras questões investigadas no essencialismo modal relacionam-se com a própria lógica modal. Por exemplo, qual dos sistemas modais T, S4, B ou S5 é mais adequado para expressar propriedades essenciais; ou se existe um domínio de quantificação fixo para todos os mundos possíveis, ou o domínio é relativo aos mundos possíveis.

⁴ Alguns autores, porém, usam o termo *propriedade necessária* no sentido de propriedade que um indivíduo possui em todos os mundos possíveis. Por consequência, somente entidades necessárias (a saber, aquelas que existem em todos os mundos possíveis) possuem propriedades necessárias.

2 Espécies naturais

Os próprios fundadores do essencialismo modal (Kripke e Putnam) alegam explicitamente que espécies naturais têm essências, por exemplo, que a essência da água é *ser* H_2O . A necessidade da identidade é um teorema da lógica modal (já vale no sistema K).

$$\forall x \forall y (x = y \rightarrow \Box x = y)$$

Do ponto de vista metafísico, ela expressa que um único objeto não poderia ser dois objetos. Segundo Kripke (1980), se objetos são denotados por designadores rígidos, uma proposição que expressa a identidade entre dois designadores rígidos desses objetos é necessariamente verdadeira, se ela for verdadeira. Kripke (1980) postula identidades desse tipo entre nomes comuns de espécies naturais e identificações técnicas que expressam a essência dessa espécie, por exemplo:

$$\text{Água} = H_2O$$

Problemático nesses casos, porém, é estender a noção de designador rígido a nomes de espécies naturais. Em que sentido estes nomes são rígidos? Eles não poderiam ser rígidos com respeito à extensão, porque a extensão poderia ser diferente. Por outro lado, se os termos denotam propriedades, não há diferença entre termos de espécies naturais e outros predicados simples, pois os dois tipos de termos seriam rígidos nesse sentido.

Putnam faz uma alegação mais fraca:

$$\Box \forall x (\text{Água}(x) \rightarrow H_2O(x))$$

Necessariamente, tudo o que é água é H_2O . Ser H_2O é a essência de água. Essa proposição expressa uma verdade necessária *a posteriori*, sendo o resultado de investigação empírica.

A teoria da referência direta (segundo a qual o referente é referido diretamente sem mediação conceitual, sendo ele o constituinte proposicional) tornou o essencialismo de espécies naturais mais viável do que nas teorias descritivistas. Nas teorias descritivistas, numa caracterização simplificada, considera-se o significado de um termo de uma espécie natural como sendo um conjunto de propriedades que são *conditio sine qua non e per quam* para algo ser membro dessa espécie.

cie. Essas condições são conhecidas *a priori*. A situação se complica, quando um membro anormal não satisfaz as condições contidas no significado, pois existe uma microestrutura que todos os exemplares possuem, incluindo os anormais, a qual, entretanto, somente é descoberta pela ciência *a posteriori*.

Na teoria da referência direta defendida por Putnam (1975b), o significado dos termos de espécies naturais envolve a sua extensão (externalismo semântico). A definição ostensiva ou a definição por meio de uma descrição definida rigidificada, que constituem o batismo inicial da espécie natural, possuem justamente a função de definir o termo da espécie natural através de sua extensão. Entre os exemplares paradigmáticos ou as amostras ostensivamente identificadas da espécie natural, e a extensão do termo correspondente, existe uma relação da mesma espécie (*same kind relation*), que é constituída por uma propriedade M, a qual é a condição necessária e suficiente para algo ser membro (amostra) da espécie K. Essa propriedade M expressa a microestrutura que é a essência da espécie natural K.

□ $\forall x$ (x é membro (amostra) de K \leftrightarrow Mx) (Mackie 2006:177-178)

O significado dos termos das espécies naturais depende, portanto, do ambiente natural. De acordo com o externalismo semântico, somente os especialistas sabem o significado linguístico (conhecendo a microestrutura), e os demais falantes, até os competentes, associam ao termo um estereótipo (um feixe de propriedades) que envolve características superficiais. O mecanismo da referência funciona graças à divisão do trabalho linguístico. Os falantes têm a intenção de se referirem àquilo que os especialistas identificam como a denotação do termo. Segundo o realismo científico de Putnam, termos de espécies naturais possuem uma referência *transteórica* ideal (Putnam 1975b). Os gregos antigos queriam se referir com a palavra '*chrysos*' à mesma substância que os seres humanos do século 21 se referem com a palavra 'ouro', mesmo não sabendo que ouro é essencialmente o elemento com o número atômico 84. La Porte (2009) critica essa ideia. Os termos mudam o seu significado com o refinamento da teoria científica. O batismo inicial e a introdução histórica acontecem não como um evento único, mas sim como uma série de eventos e amostras. A postulação de uma referência transteórica é a tentativa

de interpretação caritativa das teorias ultrapassadas.

Salmon (1982: 161-75) discute o argumento a favor do essencialismo das espécies naturais, para mostrar que a teoria semântica de Putnam é independente do essencialismo.

(P1) É necessariamente o caso que: algo é uma amostra de água se e somente se ele é uma amostra *dthat* (a mesma substância da qual isso é uma amostra)⁵

(P2) Isso (a mostra de líquido) tem a estrutura química H₂O.

(P3) Ser uma amostra da mesma substância de algo consiste em ter a mesma estrutura química.

(C) É necessariamente o caso que: cada amostra de água tem a estrutura química H₂O. Salmon 1982: 166.

(P1) expressa a introdução do termo por ostensão, (P2), uma descoberta empírica *a posteriori*, e (P3), um princípio essencialista muito intuitivo, porém, independente da teoria semântica.

Kripke e Putnam postulavam essências que expressam a micro-estrutura, por exemplo, o DNA para espécies naturais biológicas. Contudo, devido às variações genéticas e fenotípicas (morfológicas) intraespecíficas, não há nenhuma estrutura genética comum que todos os membros de uma espécie biológica compartilhem. Durante o processo de evolução, os membros podem perder certas características genéticas e fenotípicas, sem que a espécie à qual pertençam se torne outra. As espécies mudam com o tempo, juntamente com suas características. Propriedades essenciais em termos de uma estrutura biológica não podem ser encontradas. Esse fato científico tornou o essencialismo na biologia um alvo de múltiplas e fervorosas críticas por parte dos biólogos, sobretudo Hull (1965) e Mayr (1969), que atribuem ao essencialismo um fator de obstrução do desenvolvimento da moderna biologia. Seguindo essa crítica, Dawkins (2009) chama a influência essencialista na biologia de “mão morta de Platão”.

Na biologia atual, o essencialismo de espécies naturais deve-se às propriedades de origem que são propriedades não qualitativas ex-

⁵ Uma demonstração rigidificada por meio do operador *dthat* identifica em todos os mundos possíveis o mesmo objeto que ela identifica no mundo atual.

trínsecas. Conforme essa concepção, a origem de uma espécie é essencial, de modo que a espécie não poderia ter sua origem em outra parte da árvore filogenética (La Porte 2009: 51). Nesse sentido, “as essências das espécies tornaram-se históricas” (La Porte 2009: 64). Esse tipo de essencialismo deve-se à cladística, classificação de organismos segundo os ancestrais comuns (concepção filogenética de espécies naturais - PSC).⁶

3 Kit Fine

Fine (1994a) rejeita a concepção modal de propriedades essenciais, ao fornecer três exemplos implausíveis que resultam dessa concepção. Segundo a concepção modal, *ser o membro do conjunto unitário {Sócrates}* é uma propriedade essencial de Sócrates (Fine 1994a: 4 -5):

$$\square (\text{Existe } (s) \rightarrow s \in \{s\})$$

Obviamente, porém, a essência de Sócrates não se identifica com o conjunto {Sócrates}. Sócrates não é constituído ou definido pelo conjunto unitário que o contém. O conjunto {Sócrates}, ao contrário, tem a propriedade essencial de conter Sócrates, porque conjuntos são definidos em termos de seus elementos.

O segundo contraexemplo, contra a identificação de propriedades essenciais com propriedades necessárias, é o de que, segundo a concepção modal, Sócrates é essencialmente distinto da Torre Eiffel:

$$\square (\text{Existe } (s) \rightarrow \text{Diferença } (s,e))$$

No entanto, novamente *ser diferente da Torre Eiffel* não faz parte da essência de Sócrates.

No terceiro exemplo, Fine lança a crítica de que, no essencialismo modal, todas as proposições necessárias são propriedades essenciais de objetos. Por exemplo, Sócrates é essencialmente tal, que o número 2 é primo:

⁶ Outro problema encontrado na defesa do essencialismo de origem das espécies naturais é o de que há outro tipo de classificação, cujos resultados não são os mesmos. Segundo Mayr (1969), espécies biológicas são grupos de populações naturais que estão ou têm o potencial de estar se inter cruzando, e que estão reprodutivamente isolados de outros grupos. O isolamento dá origem a pelo menos uma nova espécie (concepção biológica de espécies - BSC).

\Box (Existe (s) \rightarrow Primo (2)). (Fine 1994a: 5)

Novamente, que 2 é um número primo nada tem a ver com a essência de Sócrates.

Ao rejeitar o essencialismo modal, Fine afirma que propriedades essenciais de uma entidade são aquelas que se aplicam a essa entidade, em virtude exclusivamente da identidade (natureza) dessa entidade, ou, em outras palavras, são aquelas que definem essa entidade. Todas as propriedades essenciais de uma entidade são necessárias para ela, mas não o inverso. As propriedades essenciais são, portanto, um subconjunto próprio do conjunto das propriedades necessárias.

A fim de distinguir entre propriedades essenciais e propriedades necessárias de um objeto, Fine (1994a) introduz o operador essencialista:

$\Box_x Fx$

A saber: em virtude da identidade (natureza) de x Fx ou (simplesmente) x é essencialmente F .

Ao contrário do operador de necessidade, este operador destaca a fonte da necessidade, nesse caso, x .

Mediante o operador essencialista, podemos distinguir três proposições diferentes:

(1) $\Box_{\{s\}} (s \in \{s\})$ (verdadeiro)

Em virtude da identidade do conjunto unitário que contém Sócrates $\{s\}$, Sócrates s pertence a este conjunto. Isto é, o conjunto unitário $\{s\}$ tem a propriedade essencial de conter Sócrates.

(2) $\Box_s (s \in \{s\})$ (falso)

Em virtude da identidade de Sócrates, Sócrates pertence ao conjunto unitário que o contém. Ou seja, Sócrates tem a propriedade essencial de pertencer ao conjunto unitário que o contém como único elemento. A proposição é falsa, porque a necessidade não tem a sua fonte na identidade de Sócrates.

(3) $\Box (s \in \{s\})$ (verdadeiro)

Necessariamente, Sócrates pertence ao conjunto unitário que o contém. A proposição é verdadeira em virtude de algum conjunto de objetos, mas sem destacar a fonte da necessidade.

Fine empreende a redução da necessidade metafísica à essência (princípio de fundamentação), a qual está sujeita ao princípio de monotonia: se uma proposição é verdadeira em virtude da natureza de x , então ela é verdadeira em virtude da natureza de qualquer conjunto que contém x . Cada objeto ou pluralidade de objetos dá lugar a um conjunto de necessidades metafísicas. Segundo o princípio de interação, segundo o qual as essências interagem para tornar algo necessário, a essência de uma entidade pode determinar as propriedades modais de outras entidades. Este fato pode explicar a existência de propriedades necessárias acidentais, como, por exemplo, a propriedade de ser diferente de Platão atribuída a Sócrates. Dessa maneira, é possível que as propriedades necessárias de um objeto tenham a sua fonte em outros objetos.

Além disso, Fine (1994b) distingue entre propriedades essenciais constitutivas e propriedades essenciais derivadas (consequenciais). Uma propriedade essencial de um objeto é constitutiva desse objeto, se ela não é possuída em virtude de ser uma consequência de algumas propriedades essenciais mais básicas desse objeto (Fine 1994b: 57). Por sua vez, uma propriedade é propriedade essencial derivada de x , se é possível derivá-la logicamente das propriedades essenciais constitutivas de x . Uma propriedade essencial constitutiva do conjunto {Sócrates} seria *conter Sócrates como elemento*; uma propriedade essencial derivada de {Sócrates} seria *ter algum elemento*, porque ela pode ser derivada desta propriedade constitutiva.

Outra distinção de Fine ocorre entre propriedades essenciais imediatas e mediatas. O conjunto {Sócrates} tem a propriedade imediata de conter Sócrates como elemento, ao passo que Sócrates tem a propriedade essencial imediata de *ser humano*, de modo que *conter um humano como elemento* é propriedade essencial mediata do conjunto {Sócrates}.

$$\Box_{\{s\}} (s \in \{s\})$$

$$\Box_s \text{ Humano } (s)$$

$$\Box_{\{s\}} \exists x (\text{Humano } (x) \wedge x \in \{s\})$$

Em *Semantics for the Logic of Essence*, Kit Fine (2000) recorre à semântica dos mundos possíveis, a fim de fornecer uma semântica para sua

lógica de essência. Nessa obra, ele apenas modifica um pouco a definição de uma propriedade essencial, dentro do quadro da semântica dos mundos possíveis. A sua redefinição do que significa ser uma propriedade essencial pode ser reformulada como: F é uma propriedade essencial de x , se e somente se, x tem F em todos os mundos possíveis compatíveis com a natureza (essência) de x (em vez de nos mundos possíveis em que x exista, como na definição modal usual) (Fine 2000: 1). Desse modo, Fine reconcilia o seu essencialismo com a semântica dos mundos possíveis.

4 A grande divisão de Jubien

Jubien (2009) apresenta outro tipo de essencialismo não-modal, em que critica o absolutismo dos objetos ordinários (II), na sua concepção da *grande divisão* (*the great divide*). Segundo essa concepção, na noção de objeto ordinário, dois tipos de critérios de identidade distintos tendem a ser misturados e confundidos: por um lado, a matéria que constitui um objeto ordinário (que Jubien chama de objeto físico, para o qual vale o *essentialismo mereológico*); por outro, uma propriedade sortal (que Jubien chama de ‘categoria’), que caracteriza um objeto como sendo de uma espécie familiar. Considerado o objeto somente como um objeto físico, as partes parecem definitivas e a propriedade sortal, irrelevante; mas considerado um objeto como sendo de uma espécie familiar, a propriedade sortal parece importante e as partes, acidentais (Jubien 2009: 15). Uma estátua de argila transformada numa esfera não seria mais a mesma estátua, mas ainda o mesmo pedaço de argila (Jubien 2009: 129). O pedaço de argila transformado numa outra substância química não seria mais o mesmo pedaço de argila, mas ainda o mesmo objeto físico bruto.

O maior problema com os objetos físicos é a falta de coesão. As suas partes podem se espalhar para lugares desconectados do espaço. Além disso, eles carecem de durabilidade, pelo menos unificada, que é uma das características tradicionais das substâncias.

Não é somente a matéria que constitui as condições de identidade de um objeto ordinário, pois objetos ordinários toleram perdas e ganhos de suas partes. É sempre uma propriedade, em geral *sortal*, que garante a continuidade da existência de um objeto ordinário. Dependendo da propriedade, temos objetos ordinários diferentes que

podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo, pois os objetos materiais são os objetos físicos como descritos acima, e os objetos ordinários são estes objetos juntamente com uma propriedade (Jubien 2009: 21-22)

Na noção de objeto ordinário, está embutido um componente convencional. De uma vasta gama de propriedades instanciadas por objetos físicos (pedaços de matéria), podemos escolher aquelas que são interessantes para nós e, nesse caso, persegui-las durante as suas exemplificações por uma série de objetos físicos espaciotemporalmente contínuos, considerando uma unidade que sirva como sujeito de predicções, ou uma substância no sentido aristotélico. Assim, a noção de objeto ordinário é muito flexível e relativa ao discurso. Segundo Jubien, temos somente práticas linguísticas de nomear determinados tipos de objetos ordinários, objetos com certas propriedades sortais (de certas categorias), que desempenham um papel relevante em nossas vidas. Por exemplo, quando os pais dão um nome ao seu filho, eles supostamente querem batizar um ser humano, e não um objeto material unificado ou um organismo vivo. Quando Michelangelo nomeou o seu David, a sua intenção não era a de nomear um artefato ou um objeto material unificado, mas sim uma estátua.

5 Jubien: essências e modalidades

Jubien (2009) propõe reduzir as modalidades metafísicas a relações básicas de necessidade e compatibilidade entre propriedades, rejeitando, assim, a semântica dos mundos possíveis. O que é verdadeiro de uma entidade em contextos modais depende do que ela é, a saber, da essência dessa entidade. Vejamos um exemplo de proposição modal:

(1) Nixon poderia ser uma cadeira.

(1.1) Possivelmente Nixon é uma cadeira.

Na lógica modal, essa sentença é formalizada como:

(1.2) \diamond Cadeira(n)

Na concepção de Jubien (2009), a proposição não é sobre mundos possíveis, mas sobre a relação de compatibilidade de duas proprieda-

des no mundo atual, isto é, sobre a propriedade de ser uma cadeira e a essência individual de Nixon.

$$(1^*) \Diamond \exists x (E_n(x) \wedge \text{Cadeira}(x))$$

(1**) Compatibilidade (Essência de Nixon, Cadeira)

(1*) e (1**) expressam que um objeto físico poderia ser Nixon e uma cadeira. A sentença (1) é verdadeira, se as duas propriedades podem ser instanciadas simultaneamente pelo mesmo objeto físico, isto é, se as propriedades são compatíveis. De fato, a essência de Nixon e *ser uma cadeira* não são compatíveis. Ainda que desintegremos a matéria que constitui Nixon e a recomponhamos como uma cadeira, essa cadeira não seria considerada Nixon (Jubien, 2009 :106). Por consequência, a proposição (1) é falsa.

Modificando a concepção de Jubien, podemos considerar as modalidades *de re* como modalidades *de essentia*, pois, no caso de modalidades *de re*, as relações de compatibilidade e necessidade aplicam-se a uma essência e a outra propriedade.

6 Propriedades de origem

Rejeitando a concepção modal, as essências têm que ser determinadas sem empregar a semântica dos mundos possíveis. As propriedades sortais são gerais e, por isso, não são suficientemente específicas para serem identificadoras. De algum modo, a essência de um objeto material depende de sua matéria. Como a matéria de um objeto ordinário se altera durante a existência dele, no sentido de que objetos físicos (pedaços de matéria) diferentes constituem o mesmo objeto ordinário em tempos diferentes, o apelo à matéria original parece muito intuitivo. Kripke considera como essenciais propriedades de origem como *ser feito originalmente de um determinado pedaço de madeira*. Essa propriedade essencial é uma propriedade impura que faz referência a outro objeto material, a saber, um determinado pedaço de madeira. Para conhecer a essência de uma mesa, por exemplo, teríamos que conhecer a essência desse pedaço de madeira do qual a mesa foi originalmente construída. A minha proposta alternativa seria analisar a propriedade de origem em três componentes: no objeto físico original (a matéria original); na propriedade estrutural desse

objeto físico original, como *ter um determinado DNA* ou *ser um determinado tipo de madeira*; e na continuidade espaciotemporal desse objeto físico original com o objeto físico que instancia a essência, nas circunstâncias de avaliação.⁷ O objeto original é o primeiro a instanciar a propriedade sortal no início da existência do objeto ordinário, sem que o lugar e o tempo do começo dessa existência sejam essenciais. Ele é a entrada no mundo espaciotemporal do objeto ordinário.

7 Essências de objetos ordinários

Jubien considera essências de objetos como propriedades simples e básicas. A minha proposta é a de se considerarem essências de objetos ordinários como propriedades identificadoras (em geral, conjuntivas e impuras). Essas propriedades identificadoras, que contêm na sua forma lógica a unicidade, são denotadas por predicados descritivos, chamados também descrições definidas na posição de predicado. A forma lógica desses predicados é:

$$[Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x)] (x)$$

De forma abreviada (Chateaubriand 2005:362):

$$[!xFx] (x)$$

Para simplificar a notação, vamos a abreviar como:

$$!Fx$$

⁷ Dois objetos (nesse caso *o* e *x*), são espaciotemporalmente contínuos, se eles estão conectados por uma trajetória contínua no espaço-tempo, que pode implicar a existência de objetos físicos intermediários também espaciotemporalmente contínuos com o objeto de origem *o* e o objeto *x*. Isso significa que, se o objeto ordinário existe no tempo t_1 e depois no tempo t_2 , ele existe durante todo o intervalo entre t_1 e t_2 . Não há interrupções na existência de um objeto ordinário. Do mesmo modo, um objeto ordinário não pode desaparecer num lugar e depois reaparecer num lugar diferente, pois não há quebras em sua posição no espaço. A continuidade espaciotemporal é uma característica de objetos bem comportados. Além disso, é possível estipular que objetos ordinários bem comportados não podem mudar totalmente de matéria de um instante de tempo para outro (continuidade mereológico-temporal). Há, contudo, objetos ordinários com interrupções de existência, por exemplo, países como a Polónia ou prédios totalmente destruídos e depois reconstruídos, que deixaram de existir e voltaram a existir muito tempo depois.

As propriedades essenciais de objetos ordinários são aquelas propriedades que estão contidas nas essências individuais desses objetos ordinários.

F é propriedade essencial de s, se e somente se, F está contida como uma parte conjuntiva (*conjunct*) na essência de s.

$$\Box_s F_s \text{ se e somente se } !E_s x = ![Z_1 x \wedge Z_2 x \wedge \dots \wedge Fx]$$

No caso de uma determinada mesa Iki, a essência seria:

$$![\text{Mesa}(x) \wedge \text{ETC}(x, o) \wedge \text{Determinado tipo de madeira}(o)]$$

Trata-se da propriedade identificadora de *ser uma mesa, que é espaciotemporalmente contínua com o objeto original o, que é um pedaço de um determinado tipo de madeira.*

A atribuição de uma propriedade acidental a essa determinada mesa Iki, como ‘A mesa Iki é vermelha’, pode ser formalizada como:

$$\exists x (![\text{Mesa}(x) \wedge \text{ETC}(x, o) \wedge \text{Determinado tipo de madeira}(o)] \wedge \text{Vermelho}(x))$$

Existe um objeto físico que instancia a propriedade de ser uma mesa; este objeto é espaciotemporalmente contínuo com o objeto de origem o, que é um pedaço de um determinado tipo de madeira, e este objeto físico é vermelho.

Abreviando a essência da mesa como E_i , temos:

$$\exists x (E_i(x) \wedge \text{Vermelho}(x))$$

Nessa concepção aristotélica (no sentido do hilemorfismo), um objeto ordinário é um complexo formado por sua essência, que é uma propriedade identificadora (que, por sua vez, consiste de uma propriedade sortal e de uma propriedade de origem), bem como pelos diferentes pedaços de matéria que a instanciam em circunstâncias diferentes. Objetos ordinários são (implicitamente) definidos, constituídos por nós a partir de entidades ontologicamente mais básicas, como propriedades instanciadas e pedaços de matéria.

A essência determina quais pedaços de matéria, em qual região espaciotemporal, devem ser considerados o mesmo objeto ordinário. O ato de nomear, como atividade compartilhada entre introdutores e produtores do nome, consiste em fornecer condições de identidade

dos objetos nomeados, ainda que elas não sejam precisas.⁸ Em geral, os introdutores indicam a propriedade de origem por meio de uma fundamentação causal, ao passo que os produtores determinam implicitamente a propriedade sortai, através de condições de aplicabilidade do nome próprio.

Conclusão

O essencialismo modal, que por décadas dominou o debate sobre essencialismo, foi desafiado por teorias alternativas, cuja ideia principal consistiu em reconhecer a primazia de essências diante da semântica dos mundos possíveis. Numa solução mais moderada, as essências são determinadas independentemente da semântica dos mundos possíveis, mas inseridas nessa semântica, como na concepção de Fine (2000). Numa solução mais radical, defendida sobretudo por Fine (1994a, 1994b) e Jubien (2009), as modalidades metafísicas são, além disso, reduzidas a essências.

Os problemas quanto à determinação das essências de objetos ordinários têm a sua origem na própria noção de objeto ordinário. A questão de Kripke sobre quais propriedades são essenciais não é uma questão puramente factual. Isso porque objetos ordinários, tais como naves, pessoas, cachorros, carros, etc., não são elementos básicos da realidade; ao contrário disso, eles são entidades complexas, cujas condições de identidade são derivadas de entidades ontologicamente básicas (como regiões de espaço-tempo), pedaços de matéria, assim como propriedades instanciadas por estes pedaços de matéria nessas regiões de espaço-tempo. Eles são complexos ontológicos dessas entidades mais básicas. Dividir o mundo em objetos ordinários não é ditado univocamente pela realidade. A reificação de objetos ordinários depende em parte dos nossos interesses e das nossas escolhas.

Numa situação atual em que Saul Kripke esteja presente, temos o pedaço de matéria que ocupa uma região do espaço, e várias propriedades sortais instanciadas por essa matéria, como, por exemplo,

⁸ Os produtores são pessoas que possuem contato causal e familiaridade com o portador do nome (Evans 1982:376), e devem satisfazer o *princípio de Russell*, isto é, conhecer o objeto, saber identificá-lo, reidentificá-lo e distingui-lo de outros objetos. Eles devem ter um conhecimento discriminatório do objeto.

as propriedades de ser humano, ser um mamífero, ser um organismo vivo, ser um objeto material unificado. As divergências com respeito a atribuições de propriedades essenciais a objetos ordinários explicam-se pelo modo como diferentes autores os concebem. Dessa situação atual, eles projetam diferentes elementos e abstraem outros, constituindo assim objetos ordinários distintos. Por exemplo, o objeto ordinário que é constituído como um ser humano não poderia ser um cachorro, ao passo que um constituído como um organismo vivo poderia.

O essencialismo de espécies naturais é dominado atualmente pelas teorias de Kripke e Putnam, que somente estão sendo modificadas dentro da semântica dos mundos possíveis.

Martin Motloch
UNICAMP

Referências

- Almog, Joseph. 1991. The What and the How. *The Journal of Philosophy* 88 (5): 225-244.
- Aristoteles. *Metaphysik*. Translated by Schwarz, F. Stuttgart: Reclam, 2007.
- Ayers, Michael. 1974. Individuals without Sortals. *Canadian Journal of Philosophy* 4: 113-148.
- Chateaubriand, Oswaldo. 2005. Deconstructing 'On Denoting'. In *On Denoting 1905-2005*. Edited by G. Imaguire and B. Linsky. München: Philosophia Verlag: 361-380.
- Correia, Fabrice. 2006. Generic Essence, Objectual Essence, and Modality. *Noûs* 40(4): 753-767.
- Correia, Fabrice. 2012. On the Reduction of Necessity to Essence. *Philosophy and Phenomenological Research* 84(5): 639-653.
- Dawkins, Richard. 2009. *The Greatest Show on Earth*. New York: Free Press.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press.
- Fine, Kit. 1994a. Essence and Modality. In *Philosophical Perspectives*. Vol. 8. Organized by Tomberlin. Atascadero: Ridgeview Publishing Company: 1-16.
- Fine, Kit. 1994b. Senses of Essence. In *Modality, Morality and Belief: Essays in Honor of Ruth Barcon Marcus*. Edited by Sinnott-Armstrong, D. Raffman and N. Asher. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fine, Kit. 1995. The Logic of Essence. *Journal of Philosophical Logic* 24: 241-273.
- Fine, Kit. 2000. Semantics for the Logic of Essence. *Journal of Philosophical Logic* 29: 543-584.
- Forbes, Graeme. 1997. Essentialism. In *A Companion to the Philosophy of Language*. Edited by B. Hale and C. Wright. Oxford: Blackwell: 515-533.
- Hull, David. 1965. The Effect of Essentialism on Taxonomy – Two Thousand Years of Stasis. *The British Journal for the Philosophy of Science* 15(60): 314-326.
- Jubien, Michael. 2009. *Possibility*. Oxford: Clarendon Press.
- Kripke, Saul. 1971. Identity and Necessity. In *Identity and Individuation*. Edited by M. K. Munitz. New York: New York University Press.

- Kripke, Saul. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- La Porte, Joe. 2009. *Natural Kinds and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, David. 1968. Counterpart Theory and Quantified Modal Logic. *Journal of Philosophy* 65: 113-126.
- Lewis, David. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell.
- Lowe, Jonathan. 2007. La Métaphysique Comme Science de l'Essence. In: *Métaphysique Contemporaine: Propriétés, Mondes Possibles, et Personnes*. Edited by E. Garcia and F. Nef. Paris: J. Vrin: 85-11.
- Lowe, Jonathan. 2008. Two Notions of Being: Entity and Essence. In *Being: Developments in Contemporary Metaphysics*. Edited by R. Le Poidevan. Cambridge: Cambridge University Press: 23-48.
- Mackie, Penelope. 2006. *How Things Might Have Been. Individuals, Kinds, and Essential Properties*. Oxford: Clarendon Press.
- Mayr, Ernest. 1969. *Principles of Systematic Biology*. New York: McGraw-Hill.
- Murcho, Desidério. 2002. Essencialismo Naturalizado. Aspectos da Metafísica da Modalidade. Coimbra: Angelus Novus.
- Quine, Willard.v.O. 1951. Two Dogmas of Empiricism. *Philosophical Review* 60: 20-43.
- Quine, Willard.v.O. 1960. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.
- Putnam, Hilary. 1975a. Mind, Language and Reality. *Philosophical Papers* Vol.2. Cambridge, Mass: Cambridge University Press.
- Putnam, Hilary. 1975b. The Meaning of 'Meaning'. In *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers*, Vol.2. Cambridge, Mass: Cambridge University Press: 215-271.
- Putnam, Hilary. 1975c. *Language and Reality. Mind, Language and Reality. Philosophical Papers*, vol. 2. Cambridge, Mass: Cambridge University Press: 272-290.
- Salmon, Nathan. 1982. *Reference and Essence*. Oxford: Basil Blackwell.
- Shalkowski, Scott. 2008. Essence and Being. In *Being: Developments in Contemporary Metaphysics*. Edited by R. Le Poidevan. Cambridge: Cambridge University Press: 49-64.
- Van Inwagen, Peter. 1990. *Material Beings*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Wiggins, David. 2001. *Sameness and Substance renewed*. Cambridge: Cambridge University Press.